

NÓS POLÍTICO NO DISCURSO FEMINISTA DOS ANOS 1970

Mariana Jafet CESTARI¹

RESUMO: Este trabalho propõe-se a analisar o funcionamento do *nós político* no discurso feminista brasileiro dos anos 1970 em circulação na imprensa feminista alternativa. Com base nos diversos autores que discutem a polissemia lingüística e discursiva de *nós*, considera-se que a passagem do singular *eu* para o plural *nós* não implica apenas multiplicação, mas indefinição. *Nós* pode ao mesmo tempo referir-se ao locutor e produzir um efeito de difusão a outras pessoas. Está posto o questionamento sobre quem o *nós* convoca e para quê na construção de um “locutor coletivo”. O objetivo é apreender as relações imaginárias de interlocução para refletir sobre o trabalho do discurso político que produz a representação de um coletivo de identificação. As análises revelam funcionamentos do *nós político* constitutivos de um lugar de enunciação que permite processos de subjetivação na resistência para as *mulheres identificadas com o feminismo*.

Palavras-chaves: Discurso político; Lugar de enunciação; Resistência.

ABSTRACT: This paper proposes to examine the functioning of the *political we* in the Brazilian feminist discourse in the 70s movement in the alternative feminist press. Based on several authors who discuss the linguistic and discursive polysemy of the *we*, whereas the transition from singular *I* to plural *we* does not only mean multiplication, but indefiniteness. *We*, can both relate to the speaker and produce a diffusive effect to other people. The question is then placed about whom and for what does the *we* summon in the construction of a "collective speaker". The purpose is to understand the imaginary relationships of the interlocution to think over the work of political discourse that produces the representation of a collective identity. Analysis show functioning of the *political we* that constitute a place of enunciation that allows processes of subjectivity in the resistance to *women identified with feminism*.

Keywords: Political discourse; Place of enunciation; Resistance.

1. Introdução

Este artigo integra as reflexões do projeto de mestrado “*Constituição do discurso feminista no Brasil e na Argentina nas décadas de 1970*”, que se propõe a analisar de forma comparativa a constituição do discurso feminista nestes dois países desde o lugar teórico-metodológico da Análise do Discurso materialista (doravante AD). O *corpus* da pesquisa é composto por enunciados em circulação na imprensa feminista alternativa e nos documentos produzidos pelo movimento feminista. Nossa questão teórica centra-se na construção deste lugar de enunciação político das mulheres.

Para a perspectiva adotada, a prática analítica consiste em um trabalho de descrição da materialidade simbólica do discurso, procurando nas formulações os traços de determinação

¹ Mestranda do programa de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Brasil). Projeto desenvolvido sob orientação da Profa. Dra Mônica Graciela Zoppi Fontana e financiado pela FAPESP (Processo 2008/08894-2).

da memória discursiva, os elementos pré-construídos, as repetições, reformulações e deslocamentos de enunciados já ditos. Nas primeiras análises do discurso feminista brasileiro, a recorrência da mesma forma lingüística, o pronome *nós*, revelou diferentes funcionamentos enunciativos. Esta constatação fez com que elegêssemos o *nós* como uma forma de entrada no *corpus* do discurso feminista brasileiro para analisar a construção das formações imaginárias em uma fase inicial da pesquisa. Ademais, o *nós* se mostra produtivo porque, “por seu intermédio, o locutor pode associar-se a referentes variados, sem especificá-los linguisticamente, daí decorrendo a ambigüidade do seu dizer”. (Indursky, 1997, p.66) Para se chegar à análise discursiva percorreremos o percurso das reflexões sobre o *nós* e o *nós político* na bibliografia.

2. Nós

Filiado a Saussure e ao pressuposto de língua como sistema de signos lingüísticos que se organiza por meio de relações opositivas, Benveniste (1966) propõe-se a refletir sobre o sistema da língua e o exercício da linguagem fora do paradigma da gramática tradicional. Em seus estudos sobre a categoria *pessoa*, particularmente interessantes a este trabalho, retoma a tradição da descrição e classificação gramatical para denunciá-la. Segundo o autor, “ao alinharmos numa ordem constante e num plano uniforme ‘pessoas’ definidas pela sua sucessão e relacionadas com esses *seres* que são ‘eu’, ‘tu’ e ‘ele’, não fazemos senão transpor para uma teoria pseudo-lingüística diferenças de natureza *lexical*”. Seria necessário, então, romper com a noção de que há um conjunto de três posições determinantes de uma forma verbal provida de um índice de pessoa e “procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia” (p.248).

Neste ponto, se estabelece uma diferença com o trabalho de Saussure, pois apesar de Benveniste valer-se da noção de valor saussuriano, na estrutura das oposições entre pessoas não trata de relações opositivas internas a um sistema lingüístico; trabalha a categoria *pessoa* considerando que esta faz referência ao ato de enunciação. Benveniste (1974) defende que “a língua comporta dois domínios distintos, cada um dos quais exige seu próprio aparelho conceitual.” (p.66-67) Para o que denominou domínio semiológico, a teoria de Saussure do signo lingüístico serve de base, mas para o domínio semântico, que inclui a enunciação, o valor semiótico não basta e são necessários outros conceitos. Ou seja, Benveniste propõe que a Lingüística ultrapasse o corte saussuriano.

Com base na definição de que há na enunciação ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso² sobre essa pessoa, somente “eu” e “tu” são consideradas pessoas e identificariam os participantes do discurso (locutor e interlocutor), em uma relação potencialmente reversível. Por sua vez, um predicado sobre a terceira pessoa é possível somente fora do “eu-tu” e pode referir-se a uma infinidade de sujeitos, a nenhum sujeito ou ainda a uma *coisa*, o que leva Benveniste a considerar o que seria a terceira pessoa na tradição gramatical uma não-pessoa ou uma forma não-pessoal da flexão verbal, definida a partir da ausência do que qualifica “eu” e “tu”.

De forma mais esquemática, as características da noção de pessoa são: 1) unicidade específica (“eu” e “tu” são sempre únicos); 2) caráter reversível (“eu” e “tu” são reversíveis no diálogo). No entanto, “eu” e “tu” opõem-se pela *correlação de subjetividade*: “eu” é interior ao enunciado e exterior a “tu” e “eu” é transcendente em relação a “tu”, pois pode projetar “tu” como “pessoa imaginável”. O quadro abaixo ilustra estas correlações³:

	<i>Correlação de pessoa</i> (unicidade e caráter reversível)	<i>Correlação de subjetividade</i> (interioridade e transcendência)	
“eu”	+	+	Pessoa subjetiva
“tu”	+	–	Pessoa não-subjetiva
“ele”	–	–	Não-pessoa, não-subjetiva

Poderia se supor que estas correlações de personalidade e subjetividade se manteriam no plural. Entretanto, “a passagem do singular para o plural não implica apenas pluralização” (p.255). A unicidade e a subjetividade de “eu” contrariam esta pluralização como somatória de “eu+eu”. *Nós* “é a junção entre o ‘eu’ e o ‘não-eu’ seja qual for o conteúdo deste ‘não-eu’” (p.256). Além disso, há em inúmeras línguas uma diferenciação da forma verbal da primeira pessoa plural sob o aspecto inclusivo e exclusivo, que envolve outra complexidade.

² É importante ressaltar a noção de discurso em Benveniste (1966): “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (p.267). O discurso é tanto escrito quanto falado. Mais adiante neste trabalho, serão feitas reflexões sobre o funcionamento dos pronomes no discurso a partir da perspectiva da AD, que afasta esta noção de intenção presente na filosofia analítica.

³ Este quadro foi exposto pela Profa. Mônica Zoppi Fontana em 25/08/2009 na disciplina LL125 – Tópicos de Semântica, no IEL-UNICAMP.

Esta categoria “inclusivo-exclusivo” deve ser relacionada à de pessoa. A diferença entre as formas inclusiva e exclusiva modela-se sobre a relação entre a primeira e a segunda pessoa singular e entre a primeira e a terceira pessoa singular, respectivamente. O “nós inclusivo” (“eu + tu, vós”) une as pessoas que se opõem na correlação de subjetividade, ou seja, inclui o interlocutor, enquanto o “nós exclusivo” (“eu + ele, eles”) consiste na junção das duas formas que se opõem como pessoal e não-pessoal, assim excluindo o interlocutor. “Vê-se operar a diferenciação sobre o próprio princípio de pessoa: em ‘nós inclusivo’, que se opõe a ‘ele, eles’, é ‘tu’ que sobressai, enquanto em ‘nós’ exclusivo, que se opõe a ‘tu, vós’, é o ‘eu’ que é sublinhado.” (p.257). Nos dois tipos de *nós* se expressariam as duas correlações que organizam o sistema das pessoas no singular.

Em síntese, para Benveniste, a passagem do singular “eu” para o plural não implica apenas multiplicação, mas indefinição, pois “anexa ao ‘eu’ uma globalidade indistinta de outras pessoas”. O *nós* é, portanto, “pessoa amplificada e difusa” (p.258). Esta concepção será retomada, apropriada e deslocada nos estudos sobre o *nós político* que buscam mapear os diversos sentidos do *nós*. Em reflexões que extrapolam o ato de enunciação e buscam compreender a relação entre língua, ideologia e história, o *nós* será estudado como um dos recursos da linguagem na política.

2.1 *Nós político*

Diversos autores discutem a polissemia tanto lingüística quanto discursiva de *nós*. Sob a forma de superfície *nós* é possível analisar diferentes funcionamentos pelos recortes referenciais que este pronome institui. No número 10 da “*Revista Mots*”, de 1985, dedicado exclusivamente aos estudos das variações em torno do *nós político*, os autores concordavam, com base nos estudos de Benveniste, de que *nós* não é somatória de “eu+eu” nem nomeia um grupo pré-existente de indivíduos. Para se definir a referência de *nós* é necessário recorrer à enunciação. Em alguns destes estudos, os autores construíram uma grade referencial do *nós* em relação aos diferentes funcionamentos dos enunciados no *corpus* analisado, buscando identificar as formas de representação do locutor no discurso.

Entre os anseios destes estudos estão questões importantes para a ciência e filosofia política sobre o que seria uma enunciação política e como se constitui um sujeito político. No entanto, nestes estudos do *nós político*, não parte-se do pressuposto de que uma nova classe social ou um novo coletivo significam um novo lugar de enunciação; percorre-se o trajeto do pronome *nós* e de toda a série que refere a primeira pessoa do plural, seus recortes referenciais e a relação com um contexto que extrapola o lingüístico.

Na apresentação desta revista, Geffroy (1985) afirma que, no discurso, *nós* pode ao mesmo tempo referir-se ao locutor e produzir um efeito de difusão a outras pessoas. Está posto o questionamento sobre que pessoas o *nós* convoca e para quê, sobre a construção de um “locutor coletivo”. Também não é evidente a partir do emprego de *nós* a constituição do sujeito político, que se posiciona ideologicamente (p.6). Depois de comentar cada um dos artigos sobre o *nós político*, cada qual escrito a partir de uma perspectiva teórica, a autora apresenta três pontos recorrentes nestes trabalhos: 1) a enunciação de um *nós* constitui um ato de linguagem, que pode conduzir um pressuposto à força do imperativo; 2) o “*nós* nacional” é muito recorrente e sólido entre os séculos XVIII e XX, tanto à direita quanto à esquerda; 3) a coesão do *nós* é muito frequentemente assegurada pela existência de um terceiro excluído. (p.8)

Para Guilhamou (1985), as pesquisas lingüísticas sobre os pronomes pessoais evidenciam a ausência de “autonomia referencial” das “pessoas do discurso”. Os pronomes pessoais recebem sua referência ao longo de sua atualização discursiva. No caso de *nós*, pessoa amplificada e difusa, há mais uma indeterminação e ilimitação do que uma multiplicação. As pesquisas lingüísticas sobre a referência de *nós* em *corpus* e em situações de enunciação dadas orientam-se pelo estudo do modo de funcionamento desta forma enunciativa em relação ao contexto (p.92). A forma *nós* impõe o alargamento da noção de contexto de um plano estritamente lingüístico ao nível das configurações discursivas, o que significaria, para este autor, considerar o horizonte histórico da forma mais ampla possível (p.93). A descrição das configurações textuais em torno do pronome pessoal *nós* dá uma coerência a uma dispersão de enunciados nos arquivos disponíveis sobre a conjuntura estudada, no caso, festa da união em 10 de Agosto de 1973, ocasião em que foi aprovada a Constituição da França, na conjuntura da Revolução Francesa. Esta coerência permitiu uma visão dos fatos bem diferente da apresentada pelos historiadores (p.101).

Um texto deste número da *Mots* que especialmente interessa à análise do *nós* do discurso feminista é o texto de Geneviève Petiot intitulado “Y a-t-il un nous autogestionnaire?”. Trata-se de um estudo do funcionamento do *nós* em um *corpus* composto por textos produzidos por grupos e organizações autogestionárias, entre eles o grupo de mulheres do PSU – Partido Socialista Unificado. Para refletir sobre a existência de um “*nós* autogestionário”, os critérios de caracterização são os modos de elaboração e circulação dos textos, além das relações discursivas entre porta-voz, organização e destinatários contidas no *nós* polissêmico.

Neste artigo sobre o *nós* do discurso autogestionário, é referido por diversas vezes o trabalho de Catherine Filliolet⁴ sobre textos publicados na *Tribune socialiste*, órgão oficial do PSU, que tinham como tema as mulheres. Ela avança na noção de “discurso autogestionário” como discurso de “contaminação”. A originalidade do discurso autogestionário residiria na relação entre dois discursos (um discurso anedótico, que relata um discurso individualista, e um discurso generalizante) e na passagem constante de um a outro. Esta passagem, com o uso do *nós*, ambíguo e fluido, não tem marcas sintáticas. (pp.169-170). Como os outros discursos políticos, o discurso autogestionário também seria um discurso do “fazer-crer”, na acepção de De Certeau (1978). Filliolet ainda ressalta o fato de que o discurso de generalização é considerado como uma das características do “discurso pedagógico” (p.171).

Petiot (1985) avança na caracterização que Filliolet faz do discurso autogestionário e trabalha também a relação teoria-prática neste discurso considerado por ela “definitório”. Nos discursos estudados, o modo de elaboração da autogestão, trabalho teórico, passa pela prática de organização, não somente como ilustração, mas como fundamento e concretização observáveis de que o próprio modo de elaboração alimenta estas práticas. Mesmo não sendo possível apresentar um único modo de passagens discursivas teoria-prática, são estas relações, irreduzíveis ao *nós*, que caracterizam fortemente este discurso definitório como discurso político, e não, por exemplo, científico ou filosófico (p.172). Por fim, a autora propõe uma distinção entre três tipos de *nós*, interessante para refletir sobre um novo lugar de enunciação, como parece ser o caso do *nós* do feminismo: um *nós* anedótico, relacionado à prática individual; um *nós* ligado a coletivos e um *nós* mais ligado à organização em um momento de institucionalização.

Em suma, com base nos estudos sobre o *nós político*, concluímos que sob o mesmo signo lingüístico representa-se um coletivo e um lugar de identificação. Na ilusão da linguagem, é possível que “eu+não-eu”, que compõem o *nós*, ocupem o lugar de enunciador. A enunciação deste “locutor coletivo” tem uma força performativa⁵ constituída na relação teoria-prática dos discursos autogestionários, a partir da noção que trabalha Petiot (1985), ou ainda por causa do caráter do *nós* como representação de um coletivo e de um lugar de identificação que se constitui também na adesão ativa, nas lutas políticas e sociais empreendidas por estes coletivos.

⁴ Não há no texto as referências completas deste trabalho de Catherine Filliolet.

⁵ Neste ponto, seria possível deslocar a noção de força performativa de uma visão subjetiva e de uma noção de intencionalidade do sujeito da linguagem para uma noção de força performativa não-subjetiva a partir da formação de coletivos.

Na análise do *nós* no discurso feminista brasileiro dos anos 1970, partindo das complexas relações enunciativas instituídas pela primeira pessoa do plural, em um deslocamento para a perspectiva da AD, o *nós* será analisado em seus desdobramentos e cisões. Em um discurso político em que o *nós* é recorrente, perguntaremos sobre quais são os “vós” (ou “vocês”), quais são os “eles”, como se organiza a categoria “inclusivo-exclusivo”, como se predica e qualifica o “nós” e como ele é reescrito neste discurso. A delimitação do *nós* a partir do que está dele excluído é um recurso produtivo, dado que *nós* não é universal a não ser por efeito.

3. Quem são/somos nós mulheres?

Adota-se como pressuposto que mesmo quando se considera “o feminismo como uma experiência histórica que enuncia genérica e abstratamente a emancipação feminina”, este “se concretiza dentro dos limites e possibilidades dados pela referência a mulheres em contextos políticos, sociais, culturais e históricos específicos” (SARTI, 2004, pp.35-36). Em outras palavras, a partir do lugar teórico da AD, é fundamental compreender as condições de produção (CPs) específicas para refletir sobre as imagens de mulheres em jogo no discurso feminista em análise.

A proposição de CPs do discurso representa um gesto de ruptura epistemológica levado a cabo por Pêcheux (1969) em relação à perspectiva da teoria lingüística, que atribuía ao contexto ou à situação o papel de “pano de fundo específico dos discursos” (p.74). O autor afirma que as CPs são constitutivas dos processos discursivos (e não exteriores), pois estes somente podem ser definidos “em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso” (p.78).

Este mecanismo é tomado como o funcionamento de projeções imaginárias de “lugares determinados na estrutura de uma formação social” em jogo nos processos discursivos: “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B atribuem a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (p.82, grifos do autor). Mais tarde, Pêcheux (1975) esclarece que as formações imaginárias são “efeitos das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito”, afastando qualquer análise psicologizante que confunda as relações de lugar do discurso com “o jogo de espelhos de papéis interiores a uma instituição” (p.171). Abaixo, um quadro elaborado pelo próprio Pêcheux (1969, p.83) ilustra estas relações:

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questões implícitas cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	I _A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	I _A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	I _B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	I _B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Nos processos discursivos, torna-se possível para os interlocutores a projeção do lugar social da feminista como formação imaginária. Dito de outra maneira, parte das mulheres passa a atribuir a si mesma e a outras a imagem de feminista. Este lugar de enunciação torna politizado e dizível publicamente o não-dizível até aquele momento. As barreiras do público e do privado são questionadas por este dizer, que rompe e inova diante dos outros dizeres do político que circulavam no Brasil na década de 1970. (CESTARI, 2008)

No entanto, como se constitui este lugar de enunciação para produzir a representação de um coletivo das mulheres identificadas com o feminismo? Quais imagens de locutor se constroem no discurso feminista brasileiro dos anos 1970? Locutor e alocutário confundem-se como sendo “o mesmo”? Como surge o *nós* do discurso feminista? O que/quem fica excluído do *nós* do discurso feminista? A quem ele se dirige?

A descrição dos funcionamentos enunciativos do *nós* contribui para a análise das relações imaginárias de interlocução no discurso feminista – as formações imaginárias do locutor e do alocutário em jogo no processo discursivo. Busca-se com as questões levantadas analisar o trabalho do discurso político sobre mecanismos imaginários para produzir a representação de um coletivo de identificação no processo de formação do sujeito *mulheres feministas* em CPs específicas.

3.1 Nós político no discurso feminista brasileiro

Iniciado entre as camadas médias, o feminismo brasileiro dos anos 1970 expandiu-se através de uma articulação política peculiar com os movimentos populares que tinham participação expressiva de mulheres, tornando as demandas femininas das organizações de bairro próprias do movimento geral das mulheres brasileiras. (SARTI, 2004) Parte expressiva das feministas brasileiras identificava-se com a esquerda. A questão central para sua atuação política era a união do feminismo, da luta democrática e da luta pelo socialismo, como expressa Moraes (1996, p.30):

No Brasil, o feminismo contemporâneo assumiu desde o início uma dimensão claramente reivindicatória e transformadora: mudar a situação da mulher implicando mudar a pouco democrática e extremamente desigual sociedade brasileira. O programa das feministas, neste sentido, incluía reivindicações “específicas” (creche, mudanças na legislação da família, etc.) e “gerais” (o fim da ditadura, uma sociedade socializada, etc.)

A partir de 1975, foram publicados no Brasil os primeiros jornais nacionais que se autodenominavam feministas, eram dirigidos às mulheres e feitos por mulheres. Estes jornais compunham o grupo dos 150 periódicos da imprensa democrática e alternativa existente durante a ditadura e tinham como traço comum a oposição ao regime militar em contraste com a complacência dos *jornais de referência*⁶. (KUCINSKI, 2003)

Com base na afirmação de Cardoso (2004) de que os jornais feministas refletiam o projeto do movimento feminista, em uma relação intrínseca entre os editoriais destes jornais e as idéias centrais do movimento, e da afirmação de Araújo (2000) de que estes jornais cumpriam o papel de divulgadores, formadores e organizadores do feminismo no Brasil, assumimos a tese de que a construção do discurso feminista nestes jornais é fundamental na constituição do discurso feminista brasileiro deste momento histórico. Esta tese motivou a escolha dos enunciados dos editoriais da imprensa feminista para a constituição do *corpus* de nossas pesquisas.

Neste artigo, analisamos o editorial da primeira edição do Jornal “Nós Mulheres”, publicado entre os anos de 1976 e 1978, em São Paulo. Em sua capa, estava estampada a frase “Quem somos?” e havia uma montagem com mulheres de diversas profissões e ocupações, etnias e idades. Destacamos que existiam neste momento periódicos feministas com este

⁶*Jornal de referência* é um termo empregado por Mariani (1998). Constituem propriedades deste discurso jornalístico “sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes, (...) sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes” e “o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade” (p.63).

mesmo nome em diversos outros países, apesar das mulheres participantes do conselho editorial do “Nós Mulheres” negarem que tenham escolhido o nome por conta disso. O *nós* deste discurso tem sua referência delimitada por mulheres. A pergunta “Quem somos?” neste periódico considerado fundador da segunda onda do feminismo brasileiro delimita que no discurso feminista em questão não se trata de um *nós* fundado em um pré-construído, em um coletivo formado, e sim em um *nós* em formação.

Em nossa proposta de construir uma grade referencial para o *nós* feminista, mapeamos quatro tipos de funcionamento, que implicam diferentes recortes referenciais. Entre eles, se estabelece uma tensão. O *nós 1* funciona como *nós* inclusivo e corresponde a todas as mulheres. Ele diz das experiências mais individuais e cotidianas e parece responder à questão “quem somos?”. Este *nós 1* denuncia a situação vivida pelas mulheres. O *nós 2* sustenta-se pelo efeito de *ilusão de exterioridade*, constituindo-se como um *nós* inclusivo que reúne as mulheres em processo de identificação com o feminismo e exclui o locutor, as feministas. Por sua vez, o *nós 3* também é um *nós* inclusivo – reúne do lugar de enunciador tanto as editoras dos jornais quanto as mulheres identificadas com o feminismo. Este *nós* apresenta as demandas feministas e projeta futuramente o coletivo *nós mulheres feministas*. O último *nós*, segundo a grade referencial que propomos, refere-se de forma exclusiva às editoras do jornal “Nós Mulheres”.

Nós 1	Nós inclusivo: todas as mulheres – experiências individuais e cotidianas
Nós 2	Nós inclusivo: mulheres em processo de identificação com o feminismo / exclui o locutor, as editoras do jornal feminista
Nós 3	Nós inclusivo: editoras dos jornais e mulheres identificadas com o feminismo – programático
Nós 4	Nós exclusivo: editoras do jornal

Para efeitos da análise do *nós*, consideramos “toda a série que refere a primeira pessoa do plural, a saber, *nós, nos, nosso*, bem como a desinência verbal de primeira pessoa do plural” (Indursky, 1997, p.66, grifos da autora). Vejamos a seqüência discursiva abaixo (grifos nossos, caixa alta da edição original):

Desde que *nascemos* [nós1], **NÓS MULHERES** [nós1], *ouvimos* [nós1] em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que *nossa* [nós1] função na vida é casar e ter filhos. Que **NÓS MULHERES** [nós1] não *precisamos* [nós1] estudar nem trabalhar, pois isto é coisa pra homem.

Os próprios brinquedos da *nossa* [nós1] infância já nos [nós1] preparam para cumprir esta função que dizem a função natural da mulher: mãe e esposa. (...)

Aprendemos [nós1] também que *devemos* [nós1] estar sempre preocupadas com *nossa* [nós1] aparência física, que *devemos* [nós1] ser dóceis, submissas e puras para *podermos* [nós1] conseguir marido. Ao mesmo tempo, *vemos* [nós1] todos aplaudirem as conquistas amorosas de nossos irmãos. E muitas vezes não *entendemos* [nós2] porque eles podem ter uma liberdade que *para nós* [nós1] é considerada pecaminosa. (...)

Dizem-nos [nós1] que não *seremos* [nós1] boas trabalhadoras porque *traremos* [nós1] para o serviço o cansaço do trabalho de casa e a preocupação com *nossos* [nós1] filhos. E quando, com muita dificuldade, *conseguimos* [nós1] um emprego (às vezes, *nossos* [nós1] próprios pais e maridos não *nos* [nós1] deixam trabalhar pois foram acostumados a pensar que o homem deve sustentar a casa) sempre *ganhamos* [nós1] menos que os homens, mesmo fazendo o mesmo trabalho que eles. E, neste emprego, *nossos* [nós1] cargos são sempre subalternos. Até *nos acostumamos* [nós2] a pensar que os chefes devem ser homens! **NÓS MULHERES** somos oprimidas porque *somos* mulheres. [nós3] (...)

Queremos [nós3] mudar esta situação. *Achamos* [nós3] que **NÓS MULHERES** *devemos* [nós3] lutar para que *possamos nos* [nós3] preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que *tenhamos* [nós3] o direito à realização. Para que *ganhemos* [nós3] salários iguais quando *fazemos* [nós1] trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que *nossos* [nós1] filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. É possível que *nos* [nós3] perguntem: “Se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos?”. *Nós responderemos* [nós3]: O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. *Queremos* [nós3], portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que *possamos* [nós3] junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. *Queremos* [nós3] também que *nossos* [nós3] companheiros reconheçam que a casa em que *moramos* [nós1] e os filhos que *temos* [nós1] são deles e que eles devem assumir *conosco* [nós3] as responsabilidades caseiras e *nossas* [nós3] lutas por torná-las sociais. Mas não é só. **NÓS MULHERES** *queremos* [nós3], junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto não *separamos* [nós3] a luta das mulheres da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação.

NÓS MULHERES *decidimos* [nós4] fazer este jornal feminista para que *possamos* [nós3] ter um espaço *nosso* [nós3], para discutir *nossa* [nós3] situação e *nossos* [nós3] problemas. E, também, para *pensarmos* [nós3] juntas nas soluções.

Sua colaboração é muito importante. São poucas as tribunas democráticas que a mulher (e não só a mulher) encontra hoje em dia para poder expressar sua opinião tanto em relação aos problemas gerais da sociedade quanto ao seu problema específico de mulher.

Queremos [nós4] que este jornal seja mais uma destas poucas tribunas. É por isto que quanto mais cartas, críticas, artigos, sugestões, informações você mandar, estará ajudando a construir este *nosso* [nós3] instrumento de conscientização e luta.

Nas passagens do *nós 1*, diz-se da situação presente e cotidiana de todas as mulheres, nos mais diversos ambientes da vida social: “em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares”. Nós mulheres “ouvimos”, “aprendemos”, ou ainda, são pacientes de outras ações (“nos preparam”, “dizem-nos” do que é ser mulher). Ou seja, nas relações sociais desde a infância conforma-se este “nós mulheres” no que “devemos” fazer e ser, no que “seremos”. O *nós 1*, ao mesmo tempo em que responde a pergunta “quem somos” a partir da experiência da trajetória de vida das mulheres, denuncia sua situação de opressão, como por exemplo em “sempre ganhamos menos que os homens, mesmo fazendo o mesmo trabalho que eles”.

Este gesto de denúncia serve de base para a passagem a um discurso programático, enunciado pelo *nós 3*. A partir da constatação “Somos oprimidas porque somos mulheres” percebe-se este movimento entre *nós 1* e *nós 3*. Esta passagem para o discurso programático resulta do aparecimento de outras enunciações quando se rejeita que o conteúdo da denúncia ocupe o lugar de verdade: “(...) na enunciação que denuncia produz-se uma espécie de *intervalo* entre aquilo que *se afirma como verdade no enunciado*, e aquilo que *se reafirma discursivamente na prática da linguagem*, como um horizonte possível no real do discurso”. (PAYER, 2006, p.66, grifos da autora). Aciona-se, deste modo, a imagem do sujeito interlocutor como em posição de tomar providências diante da verdade (d)enunciada. A este interlocutor caberia intervir para tornar outra enunciação possível no lugar da afirmação presente.

À denúncia do *nós 1*, confronta-se o verbo “de demanda” muito presente nestas passagens do *nós 3*: “queremos”. Na argumentação, o verbo “querer” na primeira pessoa plural do presente do indicativo projeta, junto com os verbos do modo subjuntivo, a luta política (“achamos que *nós mulheres devemos lutar para*”) do *nós mulheres* “para que possamos”, “para que tenhamos”, “para que ganhemos”, enfim, para a realização do programa feminista. *Nós 3*, mais do que denunciar a situação de opressão das mulheres, configura a representação de uma posição de sujeito externa e anterior ao acontecimento discursivo que lhe confere um *excedente de visão* (Zoppi-Fontana, 1997, p.128). Este excedente de visão permite ao sujeito feminista enunciar um discurso programático e conclamar para a luta as mulheres que se identifiquem com esta posição.

Portanto diferentemente do que ocorre no funcionamento da denúncia descrito por Payer (2006), no discurso feminista, a denúncia não aciona somente a imagem de um interlocutor que possa tomar providências diante do d(enunciado): o *nós* enunciadador não se exclui da ação política que pode levar à realização do não realizado em lugar da verdade da opressão de todas as mulheres. Trata-se da constituição do *nós inclusivo* (feministas editoras

do jornal e mulheres identificadas com o feminismo), que torna-se potente na medida em que seu interlocutor identifica-se ativamente com o *nós*. Pode-se supor que este funcionamento da denúncia seja comum aos discursos de coletivos políticos atuantes nos movimentos sociais.

Por sua vez, o *nós 2* ocorre em meio *ao nós 1* e *ao nós 3*, entre o *nós* que enuncia a situação de opressão das mulheres e o que anuncia o programa feminista. Nas passagens “muitas vezes *não entendemos* porque eles podem ter uma liberdade que para nós é considerada pecaminosa” e em “até *nos acostumamos* a pensar que os chefes devem ser homens!”, pode-se supor que as mulheres antes ou no processo de identificação com o feminismo não tenham “entendido” a diferença da educação de meninos e meninas ou tenham “se acostumado” a pensar que os chefes deveriam ser homens, mas não parece factível atribuir às feministas no momento da enunciação estes “entendimentos” relativos às suas vivências como mulheres.

Com base no trabalho de Zoppi-Fontana (1997), considera-se que sob a mesma superfície lingüística, *nós*, aparece uma tensão referencial, que consiste na inclusão ou exclusão do sujeito do discurso. A representação do sujeito do discurso feminista com um *excedente de visão* na relação imaginária de interlocução permitiria afirmar que o locutor está excluído deste *nós 2*, que funciona como um *nós inclusivo* – inclui as mulheres em processo de identificação com o feminismo. Desta forma, “se produz um efeito de ilusão de exterioridade para o sujeito do discurso” (p.132): o *nós* tem funcionamento inclusivo em relação ao alocutário e exclusivo em relação ao locutor.

Por fim, o *nós 4* refere-se exclusivamente às editoras do jornal. Na passagem “NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas”, *nós* mulheres exclui o interlocutor e refere-se somente às editoras do periódico feminista. Em seguida, no entanto, vemos o funcionamento do *nós 3*, que inclui as mulheres identificadas com o programa feminista. A interlocução fica aparente no trecho que segue: “*Sua* colaboração é muito importante” (grifo meu), no qual as leitoras do jornal são convidadas à participação. Em outras palavras, o *nós exclusivo* (feministas editoras dos jornais) convida outras mulheres à constituição de um coletivo de luta.

Estes diferentes funcionamentos do *nós* fazem parte do processo de constituição de um lugar de enunciação das mulheres e parece articular-se com a formação do sujeito mulheres feministas nestas condições de produção específicas: o *nós* se fortalece com a formação do coletivo de identificação e com sua ação política para a realização da projeção futura, do programa feminista. A ação política coletiva do sujeito *nós mulheres* identificadas com o

feminismo pode, então, transformar o irrealizado ou não-realizável social e político.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. P. N. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral**. Trad. M. G. Novak & M. L. Neri. Campinas, Ed. Pontes, 2005 [1966].

_____. **Problemas de Lingüística Geral II**. 2.ed. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, Ed. Pontes, 2006 [1974].

CARDOSO, E. P. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade de São Paulo, 2004.

CECYM. Feminismo por feministas – fragmentos para una historia del feminismo argentino 1970-1996. In: **Travesías 5 - temas del debate feminista contemporâneo**, 1996.

CESTARI, M. J. Imprensa Feminista Brasileira na década de 1970: um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres. **Língua, Literatura e Ensino**, n.3, 2008, p. 107-116.

GEFFROY, A. Les nous indistincts. In: **Mots**, v. 10, n.1, 1985, p.5-8.

GUILHAUMOU, J. Nous/voustous: La fête de l'union du 10 août 1793. In: **Mots**, v. 10, n. 1, 1985, p.92-108.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)** – Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

MORAES, M.L.Q. **Marxismo e Feminismo no Brasil**. Campinas: Ed. IFCH/UNICAMP, 1996.

PAYER, M. O. Escrever, (d)enunciar a verdade, sugerir sentidos. In: MARIANI, B. (org.) **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e em psicanálise**. São Carlos: Ed. Claraluz, 2006, p.59-70.

PÊCHEUX & FUCHS. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. 3.ed. In: Gadet e Hak (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. [1975], p.163-252.

PECHÊUX, M. Por uma análise automática do discurso. In: Gadet e Hak (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, Ed. UNICAMP, 1997. [1969], p.61-162

PETIOT, G. Y a-t-il un nous autogestionnaire? In: **Mots**, v. 10, n. 1, 1985, p.167-189.

SARTI, C. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: **Revista de Estudos Feministas**, v.12, n. 2, 2004, p.35-50.

ZOPPI-FONTANA, M. G. **Cidadãos modernos. Discurso e representação política**. Campinas, Ed. UNICAMP, 1997.